

## **DESAFIOS ENCONTRADOS PELA ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA E VACINAÇÃO DA COVID-19 NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Laíze Fonseca Oliveira<sup>1</sup>

Thais de Jesus<sup>2</sup>

Orientador: Matheus Luamm Santos Formiga Bispo<sup>3</sup>

Coorientadora: Keila Cristina Costa Barros<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Com o avanço da pandemia surgiu a necessidade de isolamento e medidas de higiene mais efetivas. Com isso, houve uma necessidade de um olhar mais atencioso para as populações em situação de vulnerabilidade social, principalmente àquelas que vivem nas ruas. Diante do exposto, o objetivo geral é compreender os principais desafios enfrentados pela enfermagem durante a pandemia da Covid-19 na população em situação de rua. Os objetivos específicos são: entender as características de vida da população em situação de rua e sua relação com os cuidados de saúde durante a pandemia da Covid-19, conhecer a vacinação dentro do contexto da população em situação de rua e, descrever as estratégias utilizadas pelos profissionais da Enfermagem na abordagem da população em vulnerabilidade de rua quanto a assistência à saúde. No tocante à metodologia trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Os resultados encontrados mostraram que a atuação dos profissionais da equipe do Consultório na Rua trouxeram estratégias que foram fundamentais para que se reduzisse a disseminação do vírus, ofertando principalmente medidas preventivas e educativas, como por exemplo desconstruir a ideia de que pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas, sobretudo do crack e álcool, seriam imunes ao vírus. Conclui-se que por ser uma temática nova, com poucos estudos publicados, constata-se a necessidade de aprofundar mais o assunto sobre a abordagem da enfermagem com foco na vacinação na população em situação de rua.

**Palavras-chave:** Vacina. Covid-19. População em situação de rua. Pandemia.

### **ABSTRACT**

Outspread of the pandemic brought the need for isolation and more effective hygiene measures. Thus, there was a need for a more attentive look at the populations in situations of social vulnerability, especially those living on the streets. Given the above, the general objective is to understand the main challenges faced by nursing during the Covid-19 pandemic in the homeless population. The specific objectives are: to understand the life characteristics of the homeless

---

<sup>1</sup> Graduanda em Enfermagem pela Faculdade São Luís de França (FSLF). E-mail: laizefonseca86@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Enfermagem pela Faculdade São Luís de França (FSLF). E-mail: thaisjesus25@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Gestão Escolar e Educação Empresarial pela Faculdade Jardins (FAJAR); Licenciado em Letras Português pela Faculdade São Luís de França (FSLF); Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: matheus.formiga@sousaoluis.com.br

<sup>4</sup> Doutoranda em Enfermagem e Saúde pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Enfermagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Enfermagem na urgência e emergência pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). Bacharel em Enfermagem pelo Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciências (UniFTC). E-mail: keilaccosta@hotmail.com.

population and its relationship with health care during the Covid-19 pandemic, to know the vaccination within the context of the homeless population, and to describe the strategies used by nursing professionals in approaching the vulnerable homeless population regarding health care. Regarding methodology, this is a bibliographic research with a qualitative approach. The results showed that the performance of professionals from the Consultório na Rua team brought strategies that were essential to reduce the spread of the virus, offering mainly preventive and educational measures, such as deconstructing the idea that homeless people and users of psychoactive substances, especially crack and alcohol, would be immune to the virus. It is concluded that since it is a new theme, with few published studies, there is a need to further deepen the subject of nursing focusing on vaccination in the homeless population.

**Keywords:** Vaccine. Covid-19. Homeless population. Pandemic.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde a Covid-19 é uma síndrome respiratória aguda causada por um betacoronavirus, que inicialmente recebeu o nome de 2019-nCoV, sendo posteriormente substituído por SARS-COV-2. É caracterizada como uma doença de rápida transmissibilidade e de distribuição mundial. Sua transmissão se dá da mesma forma que outras infecções respiratórias, por meio de contato direto com a pessoa infectada ou através de gotículas e aerossóis respiratórios expelidos contendo o vírus (BRASIL, 2021).

Mediante sua facilidade de propagação, foi determinado pelas autoridades sanitárias mundiais medidas sanitárias emergenciais de saúde com o objetivo de conter a disseminação do vírus. No Brasil, a responsável por essas medidas foi a lei 13.979 de fevereiro de 2020, que trouxe em seu texto por exemplo, a obrigatoriedade do isolamento social por meio da quarentena, onde houve a restrição de atividades e a separação de pessoas suspeitas de contaminação das que não estavam, a coleta de material biológico para os testes de detecção laboratorial, o uso de máscara em locais de circulação pública (BRASIL, 2020).

Com o avanço da pandemia surgiu a necessidade de isolamento e medidas de higiene mais efetivas. Com isso, houve uma necessidade de um olhar mais atencioso para as populações em situação de vulnerabilidade social, principalmente àquelas que viviam nas ruas. Com isso o Governo Federal e seus entes federativos fomentou algumas ações com o intuito de amenizar o impacto causado por esta nova realidade, ações como a transferência direta de renda, isenção de tarifas e distribuição de alimentos, de itens de higiene e equipamentos de proteção individual (EPIs), notificação sobre o isolamento de idosos, pessoas vivendo em abrigos e casas adensadas e pessoas em situação de rua (CALMON, 2020).

As consequências da Covid-19 foram sentidas em escala mundial. Com as medidas de isolamento social e o fechamento por tempo indeterminado dos estabelecimentos, a

economia mundial foi duramente afetada, trazendo como a principal consequência a perda da subsistência de muitas famílias e inúmeros problemas sociais, como por exemplo o desemprego, a diminuição da renda e aumento do custo de vida, os impostos correspondente às moradias e o aumento das pessoas em situação de rua. (LOURENÇO *et al.*, 2022).

No ano de 2009, foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua através do Decreto presidencial número nº 7.053/2009, garantindo a assistência à saúde e outras providências a esta população, caracteriza a população em situação de rua como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

A vacinação na População em Situação de Rua foi uma das medidas adotadas pelo Brasil para proteger sua população da Covid-19, tanto nos locais ocupados por elas quanto em abrigos e unidades de saúde, trabalho feito pelo por meio da iniciativa dos Consultórios na Rua. Segundo entrevista dada pela enfermeira Keila, da equipe do Consultório na Rua da cidade de Aracaju, fazia-se uma busca por estas pessoas e forneciam além da vacina, álcool em gel, máscaras e outros produtos de saúde, além de orientações específicas daquela realidade, reduzindo danos e trazendo maior proteção a este público. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

Diante do exposto, o objetivo geral é compreender os principais desafios enfrentados pela enfermagem durante a pandemia da Covid-19 na população em situação de rua. Os objetivos específicos são: entender as características de vida da população em situação de rua e sua relação com os cuidados de saúde durante a pandemia da Covid-19, conhecer a vacinação dentro do contexto da população em situação de rua e, descrever as estratégias utilizadas pelos profissionais da Enfermagem na abordagem da população em vulnerabilidade de rua quanto a assistência à saúde.

No tocante à metodologia será utilizada pesquisa bibliográfica através de uma revisão integrativa (RI) de literatura considerando a relevância do tema, buscando assim compreender melhor sobre o assunto sob o olhar de alguns autores. Quanto aos critérios de inclusão será realizada uma busca de artigos publicados em periódicos nacionais nos anos de 2020 a 2023 nas bases de dados Pubmed, BVS e Google acadêmico, buscando identificar estudos que compreendam os principais desafios enfrentados pela enfermagem durante a pandemia e a vacinação da Covid-19 na população de rua, usando as palavras-chave: Covid-

19, população em situação de rua e pandemia.

Justifica-se este estudo buscando entender quais as estratégias utilizadas pela equipe de enfermagem durante a pandemia em relação à assistência à saúde da população em situação de rua, levando em consideração seu dinamismo. A relevância da pesquisa para o meio acadêmico se dá pelo fato que há poucos estudos sobre esta população, gerando assim dados subjetivos.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 PANDEMIA, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA RELAÇÃO COM OS CUIDADOS DE SAÚDE**

Em 31 de dezembro de 2019 o mundo voltou o seu olhar para a cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre uma onda de casos de pneumonia que estaria circulando na cidade, e que poderia se tratar de uma nova cepa do coronavírus que ainda não havia se identificado em seres humanos. Em 7 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas confirmaram se tratar de um novo tipo de coronavírus mais grave que os anteriores e que estaria sendo disseminado por toda parte. Em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarava que o mundo estaria passando por um surto do novo coronavírus e que se tratava de uma emergência de saúde pública, e como forma de combate precisaria da união e contribuição de todos os povos. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020).

A Covid-19 é uma síndrome respiratória aguda grave causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 que tem como principais sintomatologias: febre, cansaço, tosse seca, perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas. As forma de transmissão são por meio de contato direto com as pessoas infectadas através de aperto de mão, seguido por toque nos olhos, boca e nariz, transmissão por gotículas quando a pessoa infectada tosse ou espirra a menos de 1 (um) metro de distância de uma outra pessoa e transmissão por aerossóis, gotículas menores contendo vírus que podem permanecer suspensas no ar, sendo levadas pelo ar a distâncias maiores que 1 (um) metro (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE 2020; BRASIL, 2021).

O conhecimento sobre as características clínicas, biológicas e epidemiológicas do SARS-CoV-2, foram fundamentais para as autoridades sanitárias estabelecerem medidas de restrição para tentar controlar a disseminação do vírus. No Brasil a pandemia trouxe reflexos diretos na economia, na parte social e na saúde. As medidas de restrições incluíram o fechamento por tempo indeterminado de escolas, universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros locais onde há aglomeração de pessoas, como eventos sociais e esportivos, teatros, cinemas e serviços comerciais, que não foram caracterizados como essenciais. Nesse sentido, o domicílio passou a representar segurança contra o vírus, por conta do isolamento social. Porém quando voltamos nosso olhar para as populações em situação de vulnerabilidade, principalmente as que vivem em situação de rua isso diverge. (DOURADO *et al.*, 2020; RODRIGUES *et al.*, 2020).

No Brasil, não são disponibilizados dados oficiais sobre a quantificação das pessoas que vivem nas ruas em nosso país. Contudo essa contagem está prevista dentro Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto no 7.053/2009. A dificuldade em contabilizar essa população acarretou e acarreta problemas ao Ministério da Saúde no momento de alocar insumos e destinar um número adequado de testes e vacinas contra a covid-19 (NATALINO, 2023).

Essa ausência de dados é justificada por diversos fatores como: complexidade de operacionalização das pesquisas devido ao tamanho territorial do nosso país, falta de documentação de identificação na hora da abordagem, falta de um endereço fixo, as vulnerabilidades no local e a insalubridade, assédio e violência em abrigos e em abordagens policiais, expulsão do espaço urbano. A escassez de informações que são importantes para a alimentação dos dados do Cadastro Único, traz prejuízos sociais a esta população que são impedidas de acessar serviços e benefícios sociais que o estado garante, trazendo invisibilidade social no âmbito das políticas públicas (HALLAIS *et al.*, 2015).

As secretarias municipais de assistência social, desde 2013 por meio do Ministério da Cidadania, devem informar anualmente se possuem algum levantamento ou pesquisa sobre o número de pessoas que vivem nas ruas de seus respectivos municípios. Essa coleta é registrada através de um formulário disponibilizado em meio eletrônico do Censo Suas (Sistema Único de Assistência Social). Além do Censo Suas outras instituições auxiliam na contagem por meio de seus atendimentos como é o caso dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que servem como parâmetros de atualização e monitoramento para o Cadastro Único (NATALINO, 2023).

Em 2008 uma pesquisa nacional realizada pela primeira vez em 71 municípios com pessoas com mais de 18 anos, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) teve como objetivo estimar a quantidade de pessoas vivendo em situação de rua. Os dados somados atingiram um total de 50 mil pessoas. A pesquisa mais recente trazida em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que a população em situação de rua no Brasil cresceu 211% entre 2012 e 2022, subindo para 281.472 mil pessoas, com tendência a aumento devido à crise econômica deixada pela pandemia (BRASIL, 2021; NATALINO, 2023).

No último censo realizado em 2019 na maior capital do Brasil, São Paulo, foram identificadas 24.344 pessoas em situação de rua, sendo 52% vivendo diretamente nas ruas e os demais em abrigos disponibilizados pelo estado. A maior parte dessa população era composta por homens 85%, pretos e pardos 69%, com média de idade de 41,6 anos, encontrando também uma média de 13% de idosos, além daquelas pessoas que se declaram travestis, 386 pessoas. Dentre as principais causas levantadas que levaram essas pessoas à rua estão: problemas com a família (27%), desemprego (23%), problemas com álcool ou outras drogas (19%), perda de moradia (13%) (SILVA *et al.*, 2020).

A população em situação de rua tem diversas maneiras de se relacionar com o ambiente em que vive, isso faz com que surjam inúmeros desafios para tentar garantir condições dignas de sobrevivência para esta população. Os principais desafios listados são: exposição a violência, acesso registro a alimentação adequada e água potável, acesso a serviços básicos de saúde e educação, higiene das mãos, além do dinamismo dentro do território e as suas diferenças culturais, sociais e econômicas. Nesse contexto, a prestação de uma assistência à saúde de qualidade se torna desafiadora, trazendo uma reflexão sobre como lidar com as particularidades e desigualdades trazidas por essa população principalmente durante a pandemia (VALE *et al.*, 2022).

O livre acesso às políticas públicas de saúde é um direito da população em situação de rua instituído no Art. 7 da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR). Porém, em tese, esse acesso real é raro e muitas vezes limitado. O preconceito, a ausência de endereço, as exigências inadequadas, para a emissão do Cartão Nacional de Saúde (CNS) são os principais fatores impeditivos ao acesso ao sistema de saúde. Com o advento da pandemia esse acesso tornou-se ainda mais difícil, a exemplo da redução da oferta de serviços públicos ou migração para atendimento remoto (SILVA *et al.*, 2020).

Por fim em 2020 tentando amenizar os impactos impostos pela pandemia, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da sua Secretaria Nacional

de Proteção Global (SNPG), elaborou e apresentou a sociedade civil e religiosa um protocolo sobre como atender e acolher as pessoas que estavam em situação de rua durante a pandemia apresentando ações voltadas para distribuição de marmitas, acesso a água potável, disponibilização para a banheiros para a higiene pessoal , camas , bem como privacidade e isolamento em casos suspeitos e confirmados da doença. Esse protocolo teve o apoio dos órgãos gestores dos municípios e do Distrito Federal que em conjunto com Centro POP e os CREAS para o recebimento das doações e na organização dos atendimentos. (BRASIL,2020).

## **2.2 A VACINAÇÃO DA COVID-19 NO CONTEXTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

O coronavírus faz parte de uma grande família de vírus que tem o RNA de fita simples como ácido nucleico. Esse vírus pode infectar diversos mamíferos, incluindo os humanos. O coronavírus humano como por exemplo o HCoV229E e HCoVOC43, há muito tempo circulam entre as populações mundiais causando algumas infecções respiratórias sazonais brandas. Porém em 2019 na cidade de Wham na China um novo tipo de coronavírus foi identificado, e chamado inicialmente de 2019-nCoV, sendo posteriormente substituído por SARS-COV-2 (BRASIL, 2021; SILVA FILHO *et al.* 2021).

Com o objetivo de minimizar os impactos causados pela pandemia, o meio científico e as indústrias farmacêuticas começaram uma corrida mundial para o desenvolvimento de uma vacina segura e eficaz contra a COVID-19. Porém o processo de criação de uma vacina requer um custo financeiro alto e diversas etapas até o produto final. O processo de fabricação de uma vacina passa por três etapas, sendo a terceira, que correspondente aos ensaios clínicos, a etapa mais longa e mais custosa de todo processo, pois envolve além da participação dos seres humanos a disponibilização das vacinas para a população. (SILVA; NOGUEIRA, 2020).

No Brasil, em 9 de setembro de 2020, foi instaurado no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da covid-19 um grupo de trabalho coordenado pelo representante do Ministério da Saúde em parceria com diversos ministros e secretarias do governo federal, e representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Movimento da População de Rua, entre outros, que objetivam e colaboraram para o planejamento da aquisição e distribuição das vacinas e a estratégia nacional de imunização voluntária contra a covid-19 (BRASIL, 2021).

Segundo o que traz a nota técnica Nº 768/2021, a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) do Ministério da Saúde levando em consideração o cenário pandêmico e a insuficiência de doses para a disponibilização das vacinas, elaborou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), que objetivava nortear os estados, municípios e o Distrito federal quanto à programação das ações para vacinação contra a Covid-19, além de definir os grupos prioritários para a vacinação, levando em consideração alguns critérios e a existência de grupos com alto grau de vulnerabilidade social (BRASIL,2021).

De acordo com o Plano Nacional de Imunizações (PNO) para interromper a cadeia de transmissão viral, cerca de 85% da população deveria estar imunizada, isso considerando a transmissibilidade da Covid-19. Portanto, devido a baixa disponibilidade da indústria de produzir vacinas para a distribuição mundial e tentando minimizar a morbimortalidade causada pela covid-19, foi estabelecido os principais grupos prioritários a serem vacinados. Dentre os principais grupos estavam em 16º lugar as pessoas em situação de rua entre 18 e 59 anos (BRASIL, 2021).

O início da imunização da Covid-19 no Brasil foi iniciada em janeiro de 2021 em consonância com os grupos prioritários, dentre os quais estão à população em situação de Rua. Quando falamos da população em situação de rua, existem inúmeros desafios que são inerentes a esse público como por exemplo a falta de um documento de identificação que serve para o registro da vacinação, monitoramento e investigação de eventos adversos advindos da vacinação, e possível rastreamento da pessoa para imunizações futuras. O registro garante também a identificação das vacinas, seu lote, o laboratório responsável pela produção possibilitando a emissão do Certificado Nacional de Vacinação (BRASIL, 2021).

Com base na lei Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018, que para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde, o atendimento às pessoas em situação de rua deve ser realizado independente delas possuírem ou não o Cartão Nacional de Saúde (CNS) ou comprovante de residência, deve-se aplicar a primeira dose e em paralelo providenciar a documentação necessária do cidadão. Na ausência do CPF ou Cartão Nacional de Saúde, os dados da pessoa deverão ser registrados em planilha de Registro Manual de Vacinados. Em seguida, a pessoa deverá ser registrada no Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS e com os números do CNS registrar a vacinação no Módulo de Campanha Covid-19. (BRASIL, 2021).

A Política Nacional de Atenção Básica em 2011 instituiu como estratégia de ampliação ao acesso aos serviços de saúde integral à população em situação de rua o



Consultório nas Ruas. Esse serviço é composto por uma equipe multiprofissional que desenvolve ações integrais, itinerantes de saúde frente às necessidades dessa população em parceria com as unidades básicas de saúde dentro dos territórios. Durante a pandemia foram organizadas pelas equipes orientações e ações no âmbito da saúde, dentre as quais destacam-se: disponibilização de sabão líquido, álcool em gel e produtos de higiene para a higienização, abordagem por parte das equipes com uma linguagem de fácil entendimento acerca das medidas de cuidado a serem tomadas contra o Covid-19, definição dos critérios de separação nos espaços de acolhimento para os sintomáticos (casos suspeitos) e efetivação na vacinação da Covid-19 e atualização das respectivas carteiras (TRINO *et al.*, 2020).

### **2.3 OS DESAFIOS E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA E VACINAÇÃO DA COVID-19**

Em período de pandemia, a população que vive em situação de rua tem consideravelmente um risco maior de contaminação, maiores dificuldades de acesso a serviços sociais, de saúde e a insumos básicos de higiene, os quais são imprescindíveis na vida diária para prevenção da doença, comprometendo a prevenção e o diagnóstico precoce, além do tratamento e controle de transmissão do vírus. É neste cenário que o enfermeiro/a tem a possibilidade de se reinventar no cuidado a PSR trabalhando com ações de prevenção fazendo parcerias intersetoriais e pensando e executando estratégias de saúde que minimizem as vulnerabilidades dessa população (REINALDO *et al.*, 2020).

A Enfermagem possui um papel fundamental dentro das ações de saúde no âmbito da atenção primária, é nesta vertente que o profissional identifica problemas de saúde, fatores de risco da população, monitora evoluções clínicas dos pacientes, participa e realiza ações de educação em saúde, dentre outros cuidados. Todo esse olhar proporciona ao enfermeiro a possibilidade de uma Enfermagem humanizada e personalizada, cuidando das necessidades básicas da pessoa e respeitando sua cultura, além de ser aplicada na assistência, também pode orientar o enfermeiro na tomada de decisões nas diversas situações vivenciadas pela equipe de enfermagem. Todos estes fatores estão concatenados ao direito à saúde garantido a todos os indivíduos a prestação de cuidados da equipe de saúde que garanta universalidade, integralidade e equidade (BRASIL, 2012).

No tocante a população em situação de rua o profissional de Enfermagem estará em contato direto com esse público. Levando em consideração a complexidade do caso, o

conhecimento essencial para prestar o cuidado de Enfermagem deve ser adquirido por meio da educação continuada, embora execute procedimentos assistenciais, ela ainda está atrelada a protocolos e diretrizes universalistas, o que faz que os profissionais parem e pensem numa abordagem mais sensível e humana a questões específicas da população em situação de rua, evitando medos, angústias e distanciamentos e estreitando a relação da equipe de Enfermagem com a população, o que vai requerer uma formação acadêmica mais humanizada, uma maior abordagem na graduação em temas sociais, na medida em que a esfera educativa também faz parte do processo de enfermagem. (BRASIL, 2020).

Sabe-se que medidas e ações são pensadas e elaboradas de acordo com as diversas necessidades para mitigar os danos a população em situação de rua, tendo um enfoque no acolhimento e na classificação de risco, dada a vulnerabilidade desse público, trazendo estratégias de prevenção, intervenção, conscientização e acompanhamento enquanto medidas mais efetivas. (HONORATO; OLIVEIRA, 2020).

Protocolos foram elaborados para as pessoas em situação de rua com o intuito de normatizar as ações das equipes de Enfermagem atuantes nesta área, no entanto, é imprescindível que o enfermeiro seja flexível no seu atendimento, reconheça e respeite a cultura de cada povo, amplie o diálogo social, trabalhe com humanização no cuidado e realize manutenção e mudanças nas medidas emergenciais para que possam prover todas as especificidades que esta população demanda. (BRASIL, 2012).

Existem algumas possíveis estratégias que foram trabalhadas por profissionais de saúde no período da pandemia para a população em situação de rua. A primeira delas é a dimensão educativa do cuidado de Enfermagem, onde são adotadas medidas de informação e educação em saúde com o intuito de manter o distanciamento social e proteger essa população, além de adotar medidas de cuidado em caso de aparecimento e gravidade dos sintomas. Vale ressaltar que toda essa parte de educação em saúde com esta população é ricamente trabalhada quando se usa a linguagem coloquial de acordo com a característica da população, abordando temas como: forma de contágio, medidas de higiene, sintomas da Covid-19 e distanciamento social. (SILVA, 2022).

Uma segunda estratégia trata da dimensão gerencial do cuidado de Enfermagem, onde precisam existir métodos e conceitos voltados para uma adoção de política centralizada no cuidado humanizado, focado nas necessidades próprias da população em situação de rua, respeitando as suas particularidades, seguindo ações e protocolos com normas que contribuam para a redução de danos dessas pessoas (BRASIL, 2020).

Tem-se aqui uma população com poucas ou nenhuma opção de realizar o

isolamento de maneira apropriada e, menos ainda de ficar ou trabalhar em casa, trazendo consigo uma alta carga de estresse e ansiedade, que pode estar ligado a qualquer junção de fatores que vão desde altos níveis de estresse gerados pela insegurança de não saber se terão o alimento do dia e às moradias lotadas, ou inexistentes, vivenciando uma crise de saúde pública e, nesse caso, essa população é especialmente sensível às crises globais, como a atual pandemia de COVID-19. Lembra-se aqui dos determinantes sociais de saúde, onde a falta de moradia é um deles, mas parece invisível dentro das políticas de saúde, tornando-se um grande desafio para os serviços sociais e de saúde (REINALDO *et al.*, 2020).

Segundo Alves *et al.* (2021) tiveram vários momentos em que foi necessário conversar com as pessoas atendidas, a fim de desconstruir a ideia de que pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas, sobretudo do crack e álcool, seriam imunes ao vírus. Para isso, nesta ocasião foram oferecidos lanches ao se considerar a dificuldade de acesso à alimentação devido ao fechamento do comércio e a diminuição de circulação das pessoas nas ruas, inclusive das ações da sociedade civil e religiosa de oferta de alimentos à população em situação de rua.

Passada as orientações necessárias para este público no que diz respeito aos cuidados com a prevenção, foram inseridos kits de higiene com máscaras de tecido e, quando estas pessoas eram atendidas, várias orientações eram feitas relacionadas ao uso correto das máscaras, desde a sua importância até a necessidade de lavagem da mesma. Observou-se que muitas pessoas já faziam e tinham acesso ao uso de máscaras, porém muitas vezes de maneira inadequada, como usá-las molhadas, sujas, entre outros. (ALVES *et al.*, 2021).

Uma das estratégias importantes para o cuidado em saúde integral da PSR é o Consultório na Rua, dispositivo da Atenção Básica, formado por equipes multiprofissionais (podem ser organizados em três modalidades) que atuam nas vias públicas especificamente para favorecer aos cuidados e o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços de saúde e dependendo da necessidade do usuário, essas equipes também devem atuar junto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), aos serviços de Urgência e Emergência e a outros pontos de atenção da rede de saúde e intersetorial. (SILVA, 2022).

Em uma entrevista concedida na cidade de Aracaju, a enfermeira do serviço Consultório na Rua, afirma que a pandemia potencializou ainda mais os riscos para essa população que já era vulnerável, devido ao fato de terem menor acesso a medidas preventivas essenciais, como a higienização e o distanciamento físico. Com isso as equipes do Consultório na Rua buscam as pessoas onde elas estão, e fornecem, além da vacina, álcool em gel, máscaras e outros produtos de saúde, bem como orientações específicas para a realidade delas, como por

exemplo, incentivando o uso da vacina mesmo em pessoas que fazem o uso abusivo de substâncias psicoativas e de álcool (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

A PSR que é um grupo invisibilizado há tantos anos aumentou ainda mais seu quantitativo na pandemia, sendo assim entrou como grupo prioritário no Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde para fazer com que as doses da vacina chegassem também a essa população que tem um nível de complexidade maior porém com um investimento muito menor do que se a pessoa contrair a Covid. (HONORATO; OLIVEIRA, 2020).

Por fim, percebe-se a importância de se terem ações coesas e orientações com vistas a cuidar da PSR frente a pandemia, fortalecendo ainda mais as estratégias existentes e buscando quebrar as barreiras encontradas. Para isso, as equipes do Consultório na Rua foram fundamentais nesse processo, fazendo uma busca ativa o tempo inteiro, utilizando a educação em saúde como ferramenta essencial e criando vínculo necessário para o cuidado dessa população que é tão vulnerável (OLIVEIRA; ALCÂNTARA, 2021).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O olhar direcionado para os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a população em situação de rua deve ser predileção das autoridades e dos governantes do país, trazendo consigo políticas de saúde e de assistência social específicas para este público, uma vez que esta população é considerada um dos grupos sociais mais suscetíveis ao adoecimento. Sendo assim, pensar em estratégias de cuidados, para além de uma maneira geral e mais especificamente na oferta de cuidados no momento da pandemia e da vacinação e após ela é algo essencial, reduzindo riscos e ampliando cuidados.

Observou-se com esta pesquisa que a atuação do consultório na rua, dos profissionais de saúde e mais especificamente da equipe de enfermagem neste cenário foi e continuará sendo fundamental para encorajar o acesso continuado aos serviços de saúde e consequentemente reduzir a disseminação do vírus junto a população em situação de rua. Apesar da pouca literatura encontrada frente ao tema, vê-se que existem práticas interessantes sendo colocadas em ação para que cada vez mais se tenha um impacto melhor na qualidade de vida e no acesso à assistência, que por muitas vezes, permeado por preconceitos e estigma fica ainda mais invisível.

Recomenda-se mais estudos relacionados à temática a fim de aprofundar sobre as práticas e teorias de enfermagem que tragam bons resultados na saúde da população em situação de rua e mais especificamente no tocante a vacinação, que agregue mais conhecimento técnico-prático-científico para que sejam desenhados novos caminhos com o intuito de obter um cuidado plural e compatível com as diversas realidades dessa população.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Nota Técnica Nº 768/2021.2**, Via W5 Norte - Bairro Asa Norte, Brasília/DF. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/notas-tecnicas/2021/nota-tecnica-no-768-2021-cgpn-deidt-svs-ms.pdf> Acesso em 08 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação da COVID-19**. Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19 Secovid. Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19 Secovid. . 11 Ed. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contracovid-19.pdf> Acesso em 08 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2012. Available from: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em 08 maio 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à saúde, Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua. (2012), **Série A. Normas e Manuais Técnicos**, 98 p.: il.; Available from: [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual\\_cuidado\\_populacao\\_rua.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf) Acesso em 05 maio 2023.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Departamento de Monitoramento. População em Situação de Rua no Brasil: o que os dados revelam? Brasília/DF | Junho/2019 Disponível em [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento\\_SAGI\\_Populacao\\_situacao\\_rua.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf) Acesso em 10 maio 2023

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 24 Dez 2009. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm) Acesso em 26 abril 2023.

BRASIL, **lei nº13.979, de de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de. Brasília/DF 2019. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#) Acesso em 03 abril 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Prevenção ao Covid-19 no âmbito das equipes de consultórios na rua / Prevention of Covid-19 in the context of street practice teams.** Brasília; Brasil. Ministério da Saúde, 2020. Available from: <https://www.unasus.gov.br/especial/covid19/pdf/54>. Acesso 14 Março 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Como é Transmitido o COVID-19. Brasil. **Ministério da Saúde**, 2021, Atualizado em 2023. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido> Acesso em 01 maio 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. O que é Covid-19?. **Portal do Ministério da Saúde**, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus> Acesso em 09 abril 2023.

BRASIL, **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Síntese da Política para População de Rua. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para%20a,pelos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20do%20Governo%20Federal>. Acesso em 21 abril 2023

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção Global. **Protocolo para as Organizações Religiosas e da Sociedade Civil Sobre os Atendimentos a População em Situação de rua no Âmbito da Pandemia da COVID-19.** Brasília, 2020. Disponível em [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-orienta-organizacoes-religiosas-e-da-sociedade-civil-sobre-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua/PROTOCOLO\\_PARA\\_ORGANIZACOES\\_RELIGIOSAS\\_E\\_DA\\_SOCIEDADE\\_CIVIL\\_1.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-orienta-organizacoes-religiosas-e-da-sociedade-civil-sobre-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua/PROTOCOLO_PARA_ORGANIZACOES_RELIGIOSAS_E_DA_SOCIEDADE_CIVIL_1.pdf). Acesso 17 maio 2023

DOURADO, I. L. et al. **Estudo da História Natural da COVID-19 e Epidemiologia da Infecção por SARS-COV2: Uma revisão Descritiva da Literatura.** Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR, Vol.33,n.3,pp.46-56, 2020. Disponível em: [https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210207\\_101214.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210207_101214.pdf) Acesso em 03 maio 2023.

CALMON, T. V. L. (2020). **As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes.** *NAU Social*, 11(20), 131–136. <https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.36543>. Acesso em 03 maio 2023.

HALLAIS, J.; BARROS, N. **Consultório de rua: visibilidades, invisibilidade e hipervisibilidade.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, jul. 2015. Disponível: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MDJ4Q8zJvCTWDHktRGyTwzC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 abril 2023.

HONORATO, B. E. F.; OLIVEIRA, A. C. S.; **População em situação de rua e COVID-19.** *Rev Adm Pública*, 2020; 54(4):1064-78. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/6f3zjNgGvdyqV4Sxx3K74Gz/abstract/?lang=pt> Acesso em 05 maio 2023

LOURENÇO, H. C., LOPES, G. P. (2023). A população em situação de rua no Brasil: um

problema social exposto diante da pandemia da Covid-19. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, 14(2), 21. 2022 Disponível em <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/870>. Acesso em 10 abril 2023

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. **Ipea**. 2023. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT\\_103\\_Disoc\\_Estimativa\\_da\\_Populacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf) . Acesso em 21 abril 2023

OLIVEIRA, A. de.; ALCÂNTARA, B. C. de. Direito à alimentação da população em situação de rua e pandemia da COVID-19. **SER Social**, [S. l.], v. 23, n. 48, p. 76–93, 2021. DOI: 10.26512/sersocial.v23i48.32305. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/32305](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32305). Acesso em: 16 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Município brasileiro de Aracaju protege população em situação de rua com vacina contra COVID-19**. Organização Pan-Americana da Saúde. Aracaju, 27 de Agosto de 2021. Disponível em <https://www.paho.org/pt/historias/municipio-brasileiro-aracaju-protege-populacao-em-situacao-rua-com-vacina-contracovid-19#:~:text=Aracaju%2C%2027%20de%20agosto%20de,abrigo%20e%20unidades%20de%20saude> Acesso em: 30 abril 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Brasil - Folha informativa . **Histórico da Pandemia do COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. 2020. Acesso em 06 abril 2023

REINALDO, M. A. S. et al .População em situação de rua: maior vulnerabilidade e invisibilidade durante a pandemia de COVID-19. In: Esperidião E, Saidel MGB (Orgs.). **Enfermagem em saúde mental e COVID-19**. 2.ed.rev. Brasília, DF: Editora ABEn; 2020. p. 45-50. (Série Enfermagem e Pandemias, 4). <https://doi.org/10.51234/aben.20.e04.c06>. Acesso em: 16 maio 2023.

RODRIGUES, S. B. et al . **Percepção das Populações em Situação de Rua Sobre o Autocuidado em Tempos Pandêmicos**. In: Souza ES, Rocha ESC, Toledo NN, Pina RMP, Pereira RSF. (Orgs.). **Enfermagem no cuidado à saúde de populações em situação de vulnerabilidade: volume 2**. Brasília, DF: Editora ABEn; 2022. Disponível em [https://publicacoes.abennacional.org.br/wp-content/uploads/2022/07/e12-vulneraveis\\_vol-II-cap2.pdf](https://publicacoes.abennacional.org.br/wp-content/uploads/2022/07/e12-vulneraveis_vol-II-cap2.pdf) . Acesso em 03 abril 2023.

SILVA Líllian Oliveira Pereira; NOGUEIRA, Joseli Maria da Rocha; **A corrida pela vacina em tempos de pandemia: a necessidade da imunização contra a COVID-19**. Rev. Brasileira de Análises Clínicas- RBAC, 2020, Disponível em <https://www.rbac.org.br/artigos/a-corrida-pela-vacina-em-tempos-de-pandemia-a-necessidade-da-imunizacao-contracovid-19/> . Acesso em: 16 maio 2023

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, \*Marina Brito. **População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: Um levantamento de Medidas Emergenciais**. 2020. Disponível em : <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1100680>. Acesso em 11 maio 2023

SILVA FILHO, P. S. da P. et al. **Vacinas contra Coronavírus (COVID-19; SARS-COV-2)**

**no Brasil: um panorama geral.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e26310817189, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17189. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17189>. Acesso em: 14 abril 2023.

SILVA, F. P. et al. **Saúde da população em situação de rua diante da pandemia da COVID-19.** Rev. Saúde Col. UEFS 2022; 12(1): e-6863. Disponível em <https://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/6863>. Acesso em 15 maio 2023

TRINO, A .T. et. al. **Recomendações para as Consultas nas Ruas e a Rede de Serviços que Atuam junto com a População em Situação de Rua.** Fiocruz. 2020 . Disponibilizado em : <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44269/Recomenda%E7%F5es%20para%20os%20consult%F3rios%20na%20rua.pdf;jsessionid=C91985833DEAF55159FC5B6DAD62E5A8?sequence=2> . Acesso em 27 abril 2023.

VALE, R.R.M . et al. **Prática de equipes de consultórios na rua e registro das ações no e-SUS Atenção Primária.** Rev. Eletr. Enferm. [Internet]. 2022 . Disponível em <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/70301> Acesso em 24 abril 2023.